

OPERAÇÃO DESMONTE

Orçamento estadual vira quebra-cabeça

Pelo que se vê até agora, os Estados não terão condições técnicas de apresentar às assembleias legislativas, até o final do próximo mês, orçamentos compatíveis com a nova filosofia da realidade fiscal e transparência da proposta do Orçamento Geral da União para 1989: poucos governos estaduais já sabem como agir para não repetir o procedimento tradicional, de apresentar uma peça apenas formal, que nunca é cumprida na prática, ao invés de um espelho da organização das contas públicas.

Alguns Estados, mais organizados, já estão com o trabalho de elaboração dos orçamentos em fase adiantada. Outros incluem até mesmo uma réplica da Operação Desmonte do Governo Federal, realizando cortes em verbas e transferindo aos Municípios uma série de encargos até então de responsabilidade da alçada estadual. Grande parte dos Estados, no entanto, mostram-se tão ou mais perdidos do que nos anos anteriores — principalmente porque, agora, não terão a válvula de saída dos recursos politicamente obtidos em Brasília, para cobrir estouros orçamentários.

Com os cortes de verbas federais e a falta de avaliação precisa do aumento de receita em consequência da reforma tributária aprovada pela Constituinte, os técnicos estaduais têm poucas alternativas: ou recorrem à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para obter critérios e métodos de trabalho que se encaixem na

nova realidade orçamentária do País, ou ent-ao limitam-se a repetir os procedimentos técnico-burocráticos do passado, sem levar a sério as previsões de receita e despesa para o próximo exercício.

Há inclusive o caso de Estados que simplesmente transpõem seus orçamentos do ano anterior, reajustando os valores com base numa expectativa de inflação do Governo Federal que não mais existe: pelo novo critério do Orçamento Geral da União, os valores foram fixados em bases correntes, em cima de preços de junho último, sem qualquer expectativa apriori sobre a inflação esperada. Com isto evitou-se uma das mais graves distorções do passado, que era a superação dos números pela velocidade da inflação, no decorrer dos meses.

Quem estiver esperando previsão de inflação, portanto, pode tirar o cavalo da chuva. E quem não conseguir fazer uma proposta orçamentária nos novos moldes, também pode ir-se preparando para enfrentar dores de cabeça ao longo de 1989, pois os gastos vão estourar as previsões de receita e obras que deveriam ser realizadas ficarão no papel, já que os Estados não poderão recorrer a créditos oficiais ou privados acima dos limites fixados pelo Governo Federal para manter o déficit operacional (necessidade líquida de financiamento privado ao setor público) nos limites de 2 por cento no próximo ano.

